

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos**

## **CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE CLÓVIS MOURA AO DEBATE DA QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: APORTES AO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.**

**GUSTAVO GONÇALVES FAGUNDES<sup>1</sup>**

**ANDRÉ HENRIQUE MELLO CORREA<sup>2</sup>**

**JOHN DOS SANTOS SILVA<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

O presente artigo ancorado em pesquisa bibliográfica, busca trazer subsídios teórico-metodológicos acerca das contribuições do pensamento social de Clóvis Moura (1925-2003), objetivando a análise das determinações da questão social na realidade brasileira, onde o racismo estrutural dinamiza as relações sociais, capturando as contribuições do pensamento moureano ao Serviço Social na cena contemporânea.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Relações étnico-raciais; Clóvis Moura, Questão Social.

### **ABSTRACT**

This article, anchored in bibliographical research, seeks to provide theoretical and methodological support on the contributions of the social thought of Clóvis Moura (1925-2003), aiming to analyze the determinations of the social question in the Brazilian reality, where structural racism dynamizes social relations, capturing the contributions of Mourean thought to Social Work on the contemporary scene.

**Keywords:** Social Work; Ethnic-racial relations; Clóvis Moura, Social Question.

### **INTRODUÇÃO**

Nas vésperas do centenário do nascimento de Clóvis Moura (1925-2003) e findado 20 anos do seu falecimento em 23 de dezembro, em São Paulo (SP), se faz mais do que

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

fundamental a recuperação do seu legado teórico-intelectual ao pensamento social brasileiro.

A presente reflexão tem como objetivo elucidar a centralidade da contribuição de Clóvis Moura para compreensão da questão social no Brasil, principalmente nos termos da sua emergência. Algumas pesquisas recentes e de fôlego, têm demarcado o legado teórico e intelectual do pensamento social moureano, enquanto cânone incontornável para a análise da formação econômico-social do Brasil<sup>4</sup>, a exemplo de Nogueira (2009); Silva (2017), Malatian (2022) e Farias (2024).

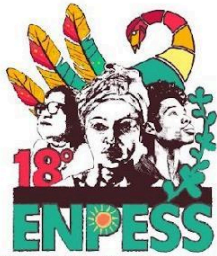
Destacamos o pensador piauiense devido a sua vasta obra sobre a formação econômica e social do Brasil e que tem em seu núcleo a dimensão das relações raciais constituídas em nosso país, fundamentalmente as condições de vida e trabalho do homem negro e mulher negra. Um desafio que exigiu um esforço intelectual para dar conta da organização do aparelho estatal, suas mediações enquanto mediação opressora, a conformação das classes sociais e a dinâmica das lutas sociais.

Esse arcabouço teórico será manejado a partir de um frutífero diálogo com a compreensão hegemônica no Serviço Social sobre a questão social, aqui abordada à luz dos escritos de Marilda Iamamoto (2001; 2011; 2015) e José Paulo Netto (2001). Isso significa que nos baseamos na tradição da teoria social crítica, o chamado marxismo impenitente, justamente a corrente de pensamento que não se limita a dogmatismos que limitam a capacidade investigativa dos fenômenos sociais.

Sendo assim, entendemos que a profundidade intelectual observada no pensamento moureano nos oferece chaves explicativas para um tema tão caro ao nosso projeto de formação profissional. Pensar as particularidades brasileiras sem perder de vista a totalidade social. Como por exemplo a agência do trabalhador negro nos processos que aglutinaram experiências de classe e radicalizaram as lutas sociais enquanto fenômenos centrais na realização da classe para si, sujeitos que passam a ser alvo da violência estatal enquanto mecanismos de controle social a fim de mediar os conflitos. Um imbróglio que deságua na organização do mundo trabalho e acaba por pressionar a existência material do conjunto da classe trabalhadora, especialmente dos

---

<sup>4</sup> Destaca-se o conjunto da produção de obras do autor: *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (1959); *Argila da Memória* (1962); *O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?* (1977); *A sociologia posta em questão* (1978); *Diário da Guerrilha do Araguaia* (1979); *Os Quilombos e a Rebelião Negra* (1981); *Brasil: as raízes do protesto negro* (1981); *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988); *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (1990); *Dialética Radical do Brasil Negro* (1994); *Dicionário da escravidão negra no Brasil* (2004). Ainda, destaca-se uma vasta produção de matérias jornalísticas, artigos e debates, em importantes revistas no campo das Ciências Humanas e Sociais. Ainda, referendamos, o exímio trabalho de reedição acerca das obras de Clóvis Moura, pela editora Dandara, a partir de um projeto editorial amplo, vasto e crítico, reunindo importantes intérpretes do contributo moureano. Destaca-se as obras, até o momento, reeditadas: *O negro de bom escravo a mau cidadão?* (2021); *Os quilombos e a rebelião negra* (2022); *Brasil: raízes do protesto negro* (2023); *História do negro brasileiro* (2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

sujeitos inferiorizados pela opressão étnico-racial.

Assim sendo, buscamos organizar o debate em dois momentos, que se encontram dialeticamente articulados, mais às sínteses conclusivas: a) *A compreensão hegemônica da questão social no Serviço Social e*; b) *Diretrizes Curriculares de 1996: contribuições moureanas para o fortalecimento de uma formação profissional antirracista*. É o que segue!

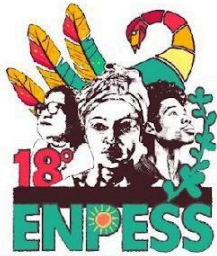
**1. A COMPREENSÃO HEGEMÔNICA DA QUESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL.** No icônico livro *Relações Sociais e Serviço Social*<sup>5</sup>, Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2011) apontam que a questão social tem suas expressões vinculadas ao processo de formação da classe operária e do seu ingresso no cenário político com reivindicação de seu reconhecimento enquanto classe pelo empresariado e o Estado. Dessa definição geral temos uma profusão de compreensões do tema no interior da categoria profissional, mesmo no âmbito da teoria crítica e tradição marxista.

O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 20).

O desenrolar da elaboração localiza alguns traços relevantes da história da profissão no Brasil, inclusive com firme indicação quanto ao seu surgimento e desenvolvimento. Reforçando que devem ser “vistos a partir do prisma da “questão social”, isto é, do surgimento do proletariado com expressão política própria” (idem, p. 23). O que para nosso entendimento deve ser entendido como os processos de organização e mobilização da classe trabalhadora.

Na parte II do livro encontra-se o capítulo intitulado *A Questão Social nas Décadas de 1920-1930 e as Bases para implantação do Serviço Social*, o qual tem como primeiro item a abordagem sobre a questão social na Primeira República. E assim inicia o primeiro parágrafo: “a “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente” (p. 133). A reflexão avança em como o desdobramento da questão social se compõe do processo “da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses” (p. 135). Ou seja, ainda que a obra trate com centralidade as chamadas leis sociais e construção de uma cidadania social como ideal de resposta estatal frente às manifestações dos sujeitos submetidos à exploração capitalista, o trecho

<sup>5</sup> Lançado em 1983, aqui usaremos a 34ª edição, publicada de 2011 pela editora Cortez.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

citado nos fornece uma definição menos rígida dessa intervenção do Estado. A nosso ver, fica explícito a exigência e necessidade de respostas aos interesses dos sujeitos (classes sociais em disputa) envolvidos e não diretamente na construção de uma regulamentação legal do conflito entre capital e trabalho.

Na obra *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, Marilda Iamamoto (2015) traz a seguinte reflexão:

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (p. 27).

Em artigo publicado em 2001, na edição número 3 do periódico revista *Temporalis*, Marilda Iamamoto avança na definição:

A premissa é de que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

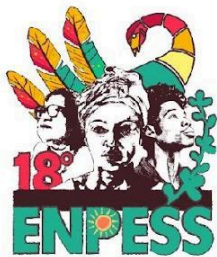
E prossegue:

A tese a ser desenvolvida considera ser a “questão social” indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista (Ibidem, p. 11).

Essa é a concepção a qual temos acordo e serve de base para as reflexões aqui apresentadas. Inclusive, partilhamos da ideia que “pensar o trabalho e a “questão social” na sociedade capitalista supõe dar conta de sua historicidade” (ibidem, p. 13), o que significa operar todo um arcabouço categorial para além do abstrato e recorrer a constituição de mediações para captar as legalidades pertinentes às particularidades as quais iremos nos debruçar, sem perder de vista seu caráter de universalidade.

Na mesma edição do periódico supracitado, José Paulo Netto traz o texto intitulado *Cinco notas a propósito da “questão social”*, onde afirma que esta é parte do desenvolvimento capitalista. Inalienável da lei geral de acumulação capitalista, onde “sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante” (Netto, 2001, p. 45).

É preciso abordar a importante contribuição sobre a relação entre questão social e a modernidade burguesa, o que significa negar a naturalização dos seus desdobramentos ou pressupostos, bem como repelir as ideias que tentam entendê-la como um traço herdado pela



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ordem capitalista. Ou seja, a existência de tal problemática não está inserida na ausência ou suposto atraso capitalista de determinada formação social, o que poderia ser extirpado pelo desenvolvimento - em um caráter evolutivo do termo - e aprofundamento dessa sociabilidade. Tem também um sentido de retirar de cena as elaborações que pudessem induzir um aspecto natural, como parte da essência humana e não como efeito das contradições geradas pelas relações de produção que garantem a dominação burguesa e a divisão de classes.

Pela compreensão da vinculação com o modo de produção capitalista, Netto (2001) aponta a necessidade de construção de mediações para melhor determinar as expressões em cada novo estágio de desenvolvimento. Esse ponto ganha relevo por deixar exposto que a questão social não é um fenômeno inerte frente às mudanças no padrão de reprodução do capital em cada período histórico. Para o interesse da presente reflexão, podemos levar em consideração a abertura da possibilidade para um exame a partir das formações sociais distintas que compõem a totalidade do mercado mundial.

A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração.

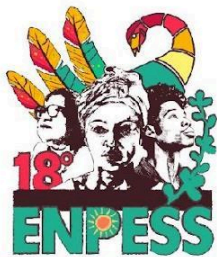
Esta determinação, se não pode desconsiderar a forma contemporânea da “lei geral da acumulação capitalista”, precisa levar em conta a complexa totalidade do sistema de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela “lei geral”, objetivam-se particularidades culturais, geo-políticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a “lei geral” operada independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. Isso significa que o desafio teórico acima salientado envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tensionam na efetividade social. Em poucas palavras: a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais (NETTO, 2001, p. 48-49).

Queremos com esses apontamentos afirmar que nossa elaboração é tributária desses aportes, o que não significa ser um limitador no processo de atualização no vigente debate sobre a questão social no Brasil<sup>6</sup>.

Contudo, é importante, dar a devida relevância que Gonçalves (2018) traz como fundamento teórico-metodológico de que a questão social na sociedade brasileira tem relação dialética com a questão racial advinda das relações escravistas da população negra. A autora é

---

<sup>6</sup> A exemplo da recente publicação da Revista *Temporalis* da ABEPSS - v. 21, nº 42 - Crise Capitalista, *Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares*, que busca celebrar e fazer um balanço da clássica Revista *Temporalis* nº 3 (2001) - “[...] peça fundamental na consolidação das novas Diretrizes Curriculares e na compreensão da questão social como eixo articulador dos conteúdos que compõem a nossa formação e trabalho profissional” (ABEPSS, 2021, p. 7).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

incisiva em dizer que “a questão racial e seu mais grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa”, portanto “o modo de produção capitalista beneficiou-se enormemente do escravismo e amparou as bases da opressão racial, possibilitando que está se mantenha e continue a sustentar a reprodução do capital” (ibidem, p. 20).

Frente a essas linhas gerais esboçadas, consideramos pertinente avançarmos no campo de análise em termos de sínteses gerais, neste sentido, buscaremos na próxima seção trazer à baila algumas reflexões diretas em torno da concepção de questão social expressa na lógica curricular das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que dão o tom para o projeto de formação profissional do Serviço Social no Brasil e às contribuições do pensamento de Clóvis Moura. É inegável os avanços recentes de uma agenda antirracista em construção no âmbito do Serviço Social brasileiro, expressa nos acúmulos das entidades e na produção do conhecimento na área (CORREA, 2024).

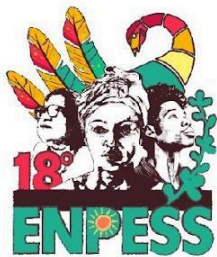
## **2. DIRETRIZES CURRICULARES DE 1996: contribuições moureanas para o fortalecimento de uma formação profissional antirracista.**

Os vastos estudos desenvolvidos pelo intelectual comunista – Clóvis Moura (1925- 2003) nos subsidiam ao oferecer as armas da crítica para uma análise refinada da formação econômico-social brasileira, sob o prisma da centralidade ativa do papel do sujeito negro na história nacional. Busca desmistificar as relações sociais envoltas em torno do negro no Brasil – enquanto “cobaia sociológica”, se atendo para uma análise concreta da realidade concreta, seus dinamismos, fatores internos e externos, contradições e confluências, do período do escravismo (pleno e tardio) e a passagem para o capitalismo dependente. Assim como, entender, segundo o autor, a dupla opressão social que atinge a população negra: a opressão de classe e o racismo.

Se interpretarmos a questão social como resultado da luta de classes, Gabriel de Souza Rocha no prefácio do livro *O negro de bom escravo a mau cidadão?* comenta sobre Clóvis Moura.

A luta de classes é um dos pontos centrais de suas análises: para o autor, o antagonismo entre as classes fundamentais de cada sociedade ilumina suas correspondentes estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais no passado e no presente, pois tal antagonismo emerge das contradições inerentes à formação social e ao modo de produção vigente em cada sociedade (ROCHA, 2021, p. 8).

Tema que coaduna com a reflexão presente na obra moureana sobre transformação da ideologia dominante sobre o entendimento a respeito do trabalhador negro a partir da desagregação da escravidão e espraiamento do assalariamento. Ou seja, “quando se fala do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

negro brasileiro costuma-se dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão” (MOURA, 2021, p. 27). Para escrutínio de tal imbróglio necessita-se investigar os seguintes aspectos: a) o que seria o entendimento de bom escravo; b) o que vem a ser o mau cidadão; c) impacto dessa construção ideológica no mundo do trabalho; d) relação com a noção hegemônica de questão social.

Partir dessa dicotomia sobre o negro enquanto bom escravo e mau cidadão nos parece ser o eixo fundante para iniciar o exame não só das relações raciais como também de toda organização societal na vigência do assalariamento. Portanto, para Clóvis Moura (2021), o que se entenderia como bom escravo:

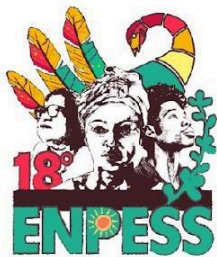
Seria aquele que, engastado no sistema escravista, produzia com o seu trabalho a riqueza econômica do Brasil, o fausto da classe senhorial, a prosperidade dos seus senhores, fazendo, assim, com que o escravismo conseguisse os elementos capazes de estabilizá-lo, quer no nível econômico, quer social. Bom seria o escravo que não protestava, aceitava o eito, o feitor, os castigos e as torturas; aceitava o seu status como sendo eterno e imutável. Seria a escrava que deixava de amamentar o seu filho para dar leite ao do senhor, numa atitude conformada que se perpetuou no símbolo masoquista da Mãe Preta, símbolo que é apresentado como o do comportamento ideal do escravo. Finalmente, o bom escravo será o anti-Zumbi, considerado malfeitor, bandoleiro ou marginal pela classe senhorial da época. Em última instância: seria aquele que vivia na senzala trabalhando, aceitando sua condição de escravo passivamente, sujeitando-se, social e ideologicamente, aos padrões impostos pelos seus senhores. Seria o negro cativo que tinha como unidade psicológica, plasmando a sua personalidade, os valores do senhor, a ótica do senhor e a ideologia do senhor. Por isto mesmo sujeitava-se, sem resistência, à estrutura que o oprimia. (MOURA, 2021, p. 28).

E em seguida traz sua abordagem sobre mau cidadão:

[...] não será, atualmente, mau cidadão aquele negro livre que procura através da sua conscientização, levantar o problema da situação racial do Brasil e encontrar soluções globais ou parciais, para ela? Ou será bom cidadão o negro aquele que aceita o status quo e procura ser apenas divertimento, objeto para o branco (como já fora no tempo da escravidão), espécie de mercadoria que se vende nos momentos em que a indústria turística procura se desenvolver no país e, com esta atitude de subalternização, regride socialmente até uma franja próxima à do antigo escravo? Não será, porém, bom cidadão o negro que não aceita a discriminação racial, o seu confinamento nas favelas, mocambos e alagados, as restrições que são feitas à sua cor no mercado de trabalho e em muitas instituições, e procura de uma ou de outra, encontrar saída para o impasse através da sua participação em movimentos projetivos?

É visto ainda como mau cidadão negro aquele que vive nas favelas, nos cortiços, nos mocambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcoólatra. É exatamente aquele segmento descendente do escravo, hoje apenas negro livre, porém que não foi, ainda, incorporado, na sua grande maioria, a não ser formalmente, à sociedade civil atual, como cidadão. O negro doente. Avitaminado. Deformado por doenças carenciais. Preterido no trabalho. Vivendo nos terreiros de umbanda e candomblé. Fazendo uso de medicina popular para curar moléstias que atingem, com maior índice de incidência, as áreas ecológicas para onde foi inexoravelmente jogado (MOURA, 2021, p. 29).

A observação dessas duas definições nos indica elementos de maior profundidade sobre



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

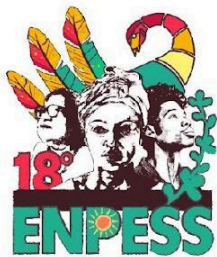
as relações sociais na sociedade brasileira, principalmente sobre o período que entendemos ser o que apresenta características de emergência da questão social. O que nosso autor traz como sendo elementos vinculados a ideia de bom escravo é uma mistificação dos acontecimentos do Brasil escravista. É falsa a percepção de que os trabalhadores negros escravizados não representavam agência política. Essa é uma construção histórica que contamina o imaginário social a fim de que esses homens e mulheres sejam constituídos sem capacidade de organização, compreensão do mundo a sua volta e elaboração para superação dos dilemas enfrentados no seu cotidiano. Ou seja, é um devaneio que busca entender a população negra de incapacidade para projetar seu futuro e dessa forma devem ser entendidos como inferiores.

E se soma a isso a contradição presente na construção desse pensamento. O mau cidadão era mau por não se adaptar a rotina de trabalho assalariado. Ou seja, questionava-se a revolta do cidadão negro como se ele fosse útil somente para o trabalho compulsório. O que nos traz algumas questões: se o trabalhador negro se posiciona frente as indignações do mundo do trabalho, isso significa que o sujeito coisificado e sem projeção para seu próprio futuro e vontades não existe. É uma idealização negada pela própria ideologia racista.

E por ser parte desses processos de enfrentamento, conseqüentemente do processo de formação da classe trabalhadora, o trabalhador negro é entendido como o mau cidadão. O que Clóvis Moura (2021) vai entender por ser sinônimo de radical, contestador ou descontente, o que se filia às organizações ou grupos associativos a fim de se integrar plenamente à sociedade de classes. Ou pode ser também o homem ou mulher, negro ou negra, que foi atirado a situações de vícios, crime ou mendicância após os longos processos de barragem e peneiramento social.

O autor trata essa definição como traço ideológico central das classes dominantes brasileiras. Sendo esses valores de bom e mau, bondade e ruindade, coincidem como conceito moral de uma ética condicionadas pela estrutura social existente. E que por isso esse padrão branco se constitui em razões para impedir ascensão social massiva da população negra. Logo, “os valores etnocêntricos das classes dominantes representam uma redoma ideológica que tem como função impedir a mobilidade vertical dos seus estratos inferiores” (p. 37). Esse sofisticado mecanismo impôs à população negra uma posição de excedente no mercado de trabalho. Não por acaso que Moura (2021) ressalta a dificuldade do ex-escravizado em acessar ocupações regulares, o que era desdobramento dos mecanismos de barragem e acabava por empurrar parte desses homens e mulheres para a faixa do subemprego. É a partir da observação desse cenário que Clóvis Moura entende um esforço racional para transformação da população negra em exército industrial de reserva (2021, p. 49).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

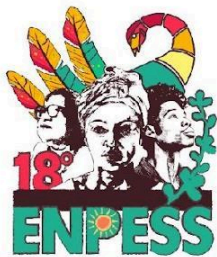
Sendo essa população excedente não só funcional ao processo de acumulação, mas ela mesmo condições de existência do próprio capitalismo. É possível concluir que o racismo e as relações raciais por ele engendradas estruturam esse sistema, sua produção, normas e organização societal. Não é uma disfunção, nem mesmo um mero resquício da escravidão ou uma particularidade brasileira. O racismo é um pilar do modo de produção capitalista nas diversas formações econômico-sociais e se apresenta de maneira singular no Brasil, o que se distingue de percebê-lo como traço exclusivo da formação brasileira.

O preconceito de cor no Brasil é a ideologia através da qual se manifesta o racismo nas suas diversas gradações e cria a imagem do mau cidadão negro. É o responsável pela distorção de julgamento que se faz sobre o comportamento dos grandes contingentes populacionais de cor e determina uma série de medidas restritivas que - embora não codificadas - funcionam e estabelecem uma constelação de barreiras e desajustes consequentes que dificultam ou frustram a ascensão das camadas negras e mestiças no atual sistema de estratificação (MOURA, 2021, p. 63).

Em linhas gerais, essa abordagem nos auxilia no entendimento de que é impreciso abordar as classes sociais e luta classes sem compreender o racismo como pilar na determinação dessas categorias, o que gera rebatimentos para nossa compreensão sobre a questão social no Brasil. Seja seu núcleo fundante, suas expressões, conformação e emergência.

Ao captarmos o conjunto de intervenções estatais enquanto componente da questão social, Moura (2014) em *Dialética Radical do Brasil Negro* desloca a ideia de Estado da perspectiva de mera mediação para a rotina de violações que são produzidas e reproduzidas, de maneira legal ou ilegal, no seio da organização estatal. Coerção e consenso se entrelaçam para viabilizar a manutenção dos interesses particulares da burguesia nacional e desfavor das massas trabalhadoras. Perspectiva essa que adensa nossa crítica ao entendimento idealizado de resposta estatal somente em nível de mediação, o que acaba por desconsiderar o próprio Estado como propulsor da dominação de classe e mecanismos de opressão. Essa noção nos auxilia a definir a questão social no Brasil, seja pela intervenção estatal na transição da escravidão para o assalariamento como também na própria consolidação do mercado de trabalho no alvorecer do século XX.

Clóvis Moura, além de analisar a formação social do Brasil desde o Brasil colonial, como vimos, coloca o sujeito negro, enquanto agente ativo na história, sujeito político fundamental no processo de dinamismo do sistema escravista, oferecendo chaves analíticas centrais na ordem do dia, ao que pese às reconfigurações no padrão de acumulação do capitalismo num contexto de reestruturação produtiva, acentuado e acelerado; demarcando mediações urgentes para o Serviço Social brasileiro, que encontra na questão social, conforme às Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) — o “fundamento básico de sua existência”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A ABEPSS é a principal entidade no âmbito da categoria profissional responsável pelos direcionamentos e articulação no âmbito da formação graduada e pós-graduada no país, respaldada por um determinado projeto radicalizado de formação profissional lapidado no processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro e seus desdobramentos, cuja perspectiva carrega as bandeiras de um ensino público, laico, gratuito e popular.

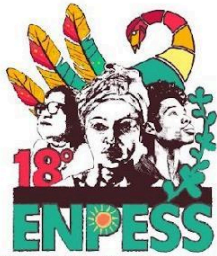
Discutindo o projeto de formação profissional e a apreensão dos fundamentos do Serviço Social, Teixeira (2019) destaca a importância histórica expressa nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), seu legado e pertinência, assim, devendo ser vista sob a lente da história, capturando seu movimento concreto, por conseguinte, não como um fim em si mesma – como ponto de partida ou ponto de chegada – apenas.

O projeto de formação tem nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, seu marco mais complexo e amadurecido, síntese de todo processo histórico, contudo, não se finda nela mesma. Como ponto de maturação teórico-metodológica e pedagógica, as Diretrizes Curriculares são um ponto de chegada, mas também ponto de partida para novas incidências teórico-práticas junto à formação profissional – como a Política Nacional de Estágios (PNE), os Subsídios para o Debate Étnico racial na Formação, A Contribuição da ABEPSS para os Programas de Pós- Graduação, os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's) e a estratégia do Projeto ABEPSS Itinerante – pois tendem a garantir a continuidade e a direção social que as Diretrizes contemplam (TEIXEIRA, 2019, p. 67).

É importante nos atermos para o papel fundamental da ABEPSS, no processo organizativo-diretivo no que pressupõe bases gerais e específicas para a formação profissional em Serviço Social. É o que denota o conjunto dos pressupostos norteadores da concepção de formação profissional expresso no documento, ao elucidar essa relação a partir da concepção de profissão, lida pela lente dos fundamentos a partir da teoria social de Marx e de vasta corrente da tradição marxista. Tais pressupostos situam a profissão na história, como também chamam a atenção para a necessária relação formação e trabalho profissional, bem como para a indissociabilidade da relação teoria-prática. Ainda, “[...] expressam a centralidade da questão social em todo o processo de formação profissional. Os diferentes itens demonstram o necessário trato da questão social como fundamento histórico-ontológico da profissão” (Teixeira, 2019, p. 75).

Neste sentido, frente ao conjunto de transformações societárias que se acirram nesta quadra histórica, é importante atentarmos que “[...] os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação [...]” (ABEPSS, 1996, p. 4).

Esse processo sinaliza a relevância do aprofundamento de estudos que desvendam a relação estrutural da profissão com as expressões da questão social e a atuação profissional, mas que também procuram explicitar as atuais configurações da política social no Brasil, destacando como se apresenta nesse momento histórico e como reatualiza os traços violentos do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

passado colonial e escravista e que, marcada pelo acirramento da crise do capital, aprofunda as medidas neoliberais de ajuste fiscal, desresponsabilização do Estado frente às necessidades sociais e privatizações/terceirizações.

Fazem-se necessárias reflexões teóricas e investigações científicas que possam contribuir para que a categoria profissional de assistentes sociais, ainda que atuando sob a ordem do capital – cujas inerentes contradições se expressam no cotidiano profissional –, possa melhor compreender a natureza e o significado do seu trabalho e da sua formação profissional nos marcos das relações sociais capitalistas. Afinal, as transformações na dinâmica do capitalismo contemporâneo, especialmente em um país de capitalismo dependente e com quatrocentos anos de escravidão, afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, além de provocarem redefinições no papel do Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e desafios ao trabalho e à formação profissional do assistente social.

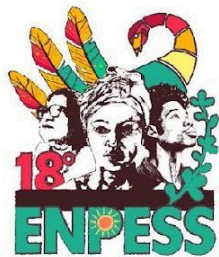
Imperando neste entendimento uma formação profissional que implique necessária articulação das bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, para fins de “[...] apreensão crítica do processo histórico como totalidade, tal qual, do significado da profissão desvelando as possibilidades contidas na realidade” (ABEPSS, 1996, p. 07).

Por exemplo, considerando que a ABEPSS tem como princípio o “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social”, faz-se necessário, conforme (ASSIS, 2022), entender o “atraso” na discussão sobre as relações étnico raciais dentro da profissão, sendo que o debate sempre esteve inserido, a todo tempo, em obras como a de Florestan Fernandes, por exemplo, e do próprio Clóvis Moura.

O projeto de formação profissional apresentado nas diretrizes interage a partir dos três Núcleos de Fundamentação, que darão sustentação ao processo formativo e a estruturação curricular das escolas de Serviço Social, sendo estes: (i) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; (ii) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e (iii) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Conforme esclarece Teixeira (2019, p. 80):

Os conteúdos desses núcleos expressam níveis diferentes de abstração do real, da realidade social e da profissão, permitindo respostas profissionais condizentes com a direção social hegemônica da profissão. São totalidades complexas em níveis distintos e articulados entre si.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

É, fundamentalmente, na articulação entre esses três núcleos, compreendendo sua relação, unidade e especificidade, como nos lembra Santos (2019, p. 13), “[...] que se torna possível compreender os fundamentos do Serviço Social. Ou melhor, a lógica dos núcleos ancora a concepção de fundamentos do Serviço Social”.

No que se refere ao debate acerca das relações étnico-raciais, aqui em nossa apreensão, devendo ser capturada pela perspectiva dos fundamentos, envolta no âmbito das relações sociais, expressa Rocha (2014):

A temática étnico-racial está inserida como tópico de discussão no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Todavia, por entendermos este um elemento estruturante na formação das relações sociais, a questão da raça e etnia pode também ser tratada como tema transversal em diferentes núcleos (ROCHA, 2014, p. 96).

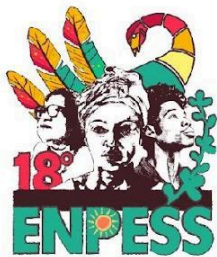
Neste sentido é que a concepção do processo formativo e a perspectiva de totalidade deve ter como fio condutor uma formação profissional que considere a relação precípua dos núcleos de fundamentação e seus componentes, acampando o estudo rigoroso crítico das relações étnico-raciais dentro do movimento do real, qual seja apreendido enquanto debate imprescindível a ser expresso na lógica curricular.

Nesta direção é que postulamos a análise das relações étnico-raciais, numa perspectiva de totalidade histórica, entranhada e constitutiva da dinâmica da formação econômico-social brasileira, na sua especificidade mesma, sedimentando a produção e reprodução ampliada do capital, a dinâmica das classes sociais, o papel do Estado e das políticas sociais; o que também reitera e nos convida à apreensão do debate a partir da lente dos fundamentos da profissão. Demarcando a fundamental racialização da questão social no Brasil (ASSIS, 2022).

É nesta direção que entendemos os acúmulos históricos no âmbito dessa entidade e a centralidade que a agenda das relações étnico-raciais vem assumindo no seu interior.

[...] a ABEPSS tem avançado no debate das relações étnico-raciais, compreendendo a relação entre as lutas anticapitalista, antirracista, antissexista e demais sistemas de opressão e dominação, reconhecendo a urgência deste debate no contexto da formação graduada e pós-graduada, bem como do trabalho profissional – numa perspectiva de indissociabilidade entre trabalho e formação, coerente com a lógica do projeto defendido hegemonicamente pela categoria (ABEPSS, 2022, p. 6).

Entendemos que a necessária recuperação do pensamento social de Clóvis Moura, no campo das ciências sociais e humanas, ainda que aquém do seu necessário reconhecimento envergadura teórica, vem dinamizando um conjunto de produções na área do Serviço Social na atual quadra histórica, a exemplo do estudo pioneiro de Silva (2017) e pesquisa mais recentes de Silva e Fagundes (2022); Mascarenhas (2022), Bruinjé (2024). Ainda, observa-se um esforço de incorporação nas bibliografias na graduação e pós-graduação, em provas de concurso docente e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

processos seletivos.

[...] as contribuições de Clóvis Moura possibilitam compreender a dinâmica brasileira a partir das relações raciais e sua centralidade na formação da estrutura da sociedade de classes, e explicita que a questão racial não é uma expressão da questão social, mas constitutiva da relação entre capital e trabalho e seus desdobramentos (SILVA; FAGUNDES, 2022, p. 224).

É considerando esses acúmulos no interior da entidade, que entendemos que a realidade tem aportado avanços significativos, incontestes e inadiáveis. É preciso enfrentar os desafios e contradições, postos na ordem do dia, em reconhecer os limites e as possibilidades, dentro e fora da categoria profissional, para a implementação de uma formação acadêmica e de atuação profissional que se revele verdadeiramente antirracista” (Mascarenhas, 2023, p. 177).

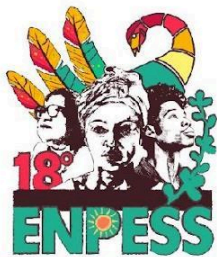
## SÍNTESES CONCLUSIVAS

Dada a dimensão do pensamento moureano e as limitações de um artigo que ousa estabelecer um diálogo a partir da questão social, buscamos expor elementos e categorias-chave da sua obra e demonstrar a rica recuperação que vem sendo feita dos seus escritos. Um esforço que tem tido forte auxílio em grupos de pesquisa, dissertações e teses vinculadas ao Serviço Social, o que foi demonstrado aqui pelas referências de pesquisadores da área.

Entendemos que essa é uma agenda de pesquisa ainda em marcha e na qual buscamos contribuir para seja possível superar o horizonte estreito de certas tradições que insistem na negação das relações raciais como determinantes da formação econômico e social, das classes sociais, da luta de classes, da organização do Estado e que acaba por desaguar na própria questão social.

A existência do racismo em geral, e na particularidade da realidade brasileira, significa a normalização do rebaixamento das condições de vida. Enfrentá-lo passa por repudiar e combater as suas expressões no cotidiano e nas formas institucionais, mas não devemos perder de vista a compreensão da sua natureza estrutural e vinculação com a modernidade burguesa. É a ordem do capital que se catapulta com a opressão racial.

E nisso chamamos atenção para a grande circulação que tem as elaborações sobre racismo estrutural nos periódicos vinculados aos programas de pós-graduação em Serviço Social e a proliferação dos grupos de estudos dedicados ao pensamento de Clóvis Moura. São movimentos que se relacionam com a força que esses debates tem ganhado na ABEPSS e no conjunto CFESS/CRESS, o que demonstra aderência para pensar de forma crítica o racismo e também outras formas de opressão que estruturam a sociedade moderna.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A luta antirracista do cotidiano brasileiro, dadas as particularidades da nossa formação econômica e social, não deve ser uma simples importação de formas de mobilização, concepções teóricas e métodos organizativos. Nossa história construiu uma rica tradição do protesto negro e é nela que devemos nos apoiar para avançar nas conquistas e superar os desafios do nosso tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social.** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 22 de jul. de 2024.

ASSIS, Eliane Santos de. **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social.** Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Pós Graduação de Serviço Social, 2022.

BRUINJÉ, Ana Luíza Tavares. **A gênese da “questão social” no Brasil a partir das contribuições de Clóvis Moura e Jacob Gorender.** Dissertação de mestrado acadêmico – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

CORREA, André Henrique Mello. **“A história não avança pedindo permissão”: a agenda antirracista do Serviço Social brasileiro e as construções coletivas na afirmação do Projeto Ético-Político Profissional.** Rio de Janeiro, 2024. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2024.

FARIAS, Márcio. **Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico.** São Paulo: Editora Dandara, 2024.

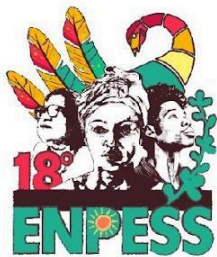
IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9 - 32, jan./jul. 2001.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IRINEU, B. A., SILVA, L., CANTALICE, L., BRETTAS, T., & CLOSS, T. (2021). **CRISE CAPITALISTA, QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS.** **Temporalis**, 21(42), 6–15. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p6-15>. Acesso em: 16 de Ago. 2024.

MALATIAN, Teresa. **Clóvis Moura: uma biografia [recurso eletrônico]** / Teresa Malatian. –



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Teresina: EdUESPI, 2022.E-book. Disponível em:

<<https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/view/90/89/501-1>>. Acesso em: 16 de Ago. 2024.

MASCARENHAS, Naiara Cardoso dos Santos. **A contribuição teórica de Clóvis Moura para compreensão da questão racial na particularidade brasileira**. Dissertação de mestrado acadêmico - Universidade Federal do Tocantins - Câmpus universitário de Miracema, TO. Curso de Pós-Graduação (mestrado) em Serviço Social, 2022.

MASCARENHAS, Naiara Cardoso dos Santos. Questão racial e formação profissional em Serviço Social na era neoliberal: desafios internos e externos à categoria. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p. 166-180, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/76089>. Acesso em: 22 de jul. de 2024.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi. 2014.

\_\_\_\_\_. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". **Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

NOGUEIRA, Fábio. **Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra**. UFF/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: <cp126152.pdf (dominiopublico.gov.br)>. Acesso em: 22 de jul. de 2024.

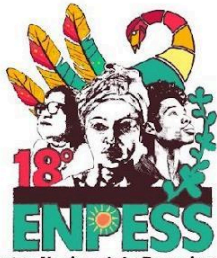
ROCHA, Gabriel de Souza. Prefácio. In MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

SANTOS, Cláudia Mônica. Prefácio. In: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira; MOLJO, Carina Berta; SERPA, Moema; SILVA, José Fernando Siqueira (Org.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. 2 ed. Campinas: Papel Social, 2019.

SILVA, Ana Paula Procópio. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura / Ana Paula Procópio**. -- Rio de Janeiro, 2017. 291 f. Disponível em: <Tese Ana Paula Procópio>. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra em Clóvis Moura.pdf** — Escola de Serviço Social (unirio.br)>. Acesso em: 22 de jul. de 2024.

SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 25 n. 2 (2022): Serviço Social, Racismo e Classes Sociais. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/nyRfvjnk4ZVnSTNk4LPZGYw/>>. Acesso em: 22 de jul. de 2024.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do serviço social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS**. Tese (Doutorado) – Escola



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

[https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc\\_number=000887212&local\\_base=UFR01](https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000887212&local_base=UFR01). Acesso em: 22 de jul. de 2024.